

## **Igreja profética em memória sombria**

27/03/2014

Maria Clara Lucchetti Bingemer  
professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio

Relembramos neste mês o cinquentenário de anos terríveis. Anos de opressão, de morte, de ditadura e de obscurantismo. Lembro-me do presidente Jânio Quadros condecorando Che Guevara e recebendo Fidel Castro em 1959. E em 1961, os tempos de prelúdio do que se anunciava: a renúncia de Jânio, dizendo-se pressionado por "forças ocultas" jamais reveladas. E a posse de João Goulart. Depois veio 1964, em seu inesquecível 1º de abril que, infelizmente, não era mentira.

No rádio, Carlos Lacerda usava sua poderosa oratória em favor do golpe. Em casa, todos sentiam medo. Minha avó, meu avô, minha mãe... era preciso salvar o país dos comunistas. O Pe. Peyton, americano, mandara rezar o terço em família. E aquela casa católica obedecia.

Eu ainda adolescente, sem saber muito das coisas, acompanhava o medo personificado nos tanques que marchavam em direção ao esmagamento do governo de João Goulart. Rezei muito para que o Brasil não caísse nas mãos dos comunistas e disseram-me que os militares nos haviam salvado desse cruel destino.

Em 1968 entrei para a PUC, para o curso de jornalismo. E aí pude experimentar na carne a verdade do que acontecia. Em cada sala de aula havia um ou mais espíões, dedos-duros, pretensos colegas que anotavam o que se falava e pensava para delatar "os perigosos subversivos" às forças da polícia do governo militar. De repente, desaparecia um deles ou delas e não se sabia seu paradeiro.

A disciplina educação moral e cívica era obrigatória. E nos ensinava a história que não passava pelos porões do DOI-CODI, onde jovens, trabalhadores, religiosos eram barbaramente torturados e perdiam o juízo e a vida. Segundo os professores de EPB, em geral militares reformados, o Brasil crescia e se transformava em potência mundial.

Eu me sentia emergindo de um torpor, e esse despertar continuou quando mataram o estudante Edson Luís. Depois quando levaram minha amiga, minha irmã de toda a vida, presidente do diretório central de estudantes da minha universidade. Passei a fazer teatro, peças que criticavam a burguesia e a alienação; a assinar papéis e manifestos contra a ditadura; a ajudar no mimeógrafo a álcool que multiplicava textos contrários ao regime.

Em 1969 casei-me e fui morar na França por um ano. Foi lá que ouvi pela primeira vez a denúncia das torturas. Pela boca dos exilados, dos artistas, dos brasileiros que se reuniam no restaurante "A Feijoada" para matar as saudades do Brasil e comentavam, perplexos, o que acontecia no país, fiquei sabendo da verdade. Ao voltar, em 1971, reabri minha matrícula na PUC-Rio. O AI-5 vigorava a pleno vapor, minha amiga se encontrava exilada, trocada pelo embaixador americano. Não consegui reencontrar vários colegas, que não mais frequentavam a universidade.

Em 1975, formei-me e fui trabalhar na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja sede era no bairro da Glória, no Rio de Janeiro. E ali vivi outro capítulo definitivo de minha tomada de consciência do que o golpe de 64 semeava de terror e crueldade pelo país afora. Foi uma experiência de indignação, mas também de maravilhamento. Pois foi então que conheci em profundidade a face profética e santa de minha Igreja.

Em um momento em que todos se calavam em apavorado silêncio, os bispos levantavam a voz. Denunciavam, enfrentavam, agiam. Eram ameaçados e agredidos, como dom Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, e dom Helder, em Recife. Quando ninguém mais tinha coragem de defender os direitos humanos, dom Aluisio Lorscheider, dom Ivo, dom Helder, dom Adriano, dom Waldir Calheiros se faziam ouvir, para que a verdade ressoasse e libertasse o povo brasileiro do engano em que se encontrava mergulhado.

Pela sede da CNBB passavam jovens torturados e exilados, moças grávidas em estado de choque, vindos de países vizinhos ou de outras partes do país. Os bispos e a Caritas, que funcionava na parte inferior do edifício, lhes davam passaportes, passagens de avião para a Europa ou para outros lugares do mundo e lhes devolviam a esperança e a liberdade.

Depois soube que minha doce amiga tinha sido acompanhada pessoalmente por dom Ivo à prisão. Ele a visitara frequentemente e graças a isso ela dali saiu com vida e com sua integridade preservada. Nenhum ou quase nenhum daqueles militantes era católico ou cristão. Que importava? Eram seres humanos e, portanto, tinham direito à integridade física e mental, à dignidade, à liberdade que Deus lhes dera.

Ali começou para mim uma nova etapa de vida, um novo aprendizado. Orgulhosa de minha Igreja até a última dimensão de meu ser, dispus-me a estudar teologia para poder estar ao lado daqueles que se arriscavam pela vida alheia e defendiam os direitos dos outros, denunciando as agressões à vida humana cometidas no país.

Hoje, neste macabro cinquentenário, lemos horrorizados o relato descarado do torturador Paulo Malhães sobre seus métodos requintados daqueles terríveis anos. Ele narra como cortava dedos, membros e abria vísceras dos prisioneiros políticos antes de esquartejá-los e atirá-los nos rios da região serrana. Em meio ao asco e ao horror da leitura, celebro a graça de fazer parte desta Igreja que corajosamente se opôs a isso. Tão cheia de pecados e falhas, mas tão destemida e santa é ela quando se deixa inspirar por Jesus e seu Evangelho. Que sua atuação não seja esquecida na triste, mas necessária memória destes 50 anos do Golpe militar.